

---

## **A acessibilidade comunicativa na formação de jornalistas: análise documental em cursos de Jornalismo<sup>1</sup>**

Samara L. WOBETO<sup>2</sup>

Viviane BORELLI<sup>3</sup>

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

### **RESUMO**

Este artigo apresenta resultados iniciais de pesquisa de dissertação, que investiga as inter relações entre a acessibilidade comunicativa e a formação de jornalistas. Por meio de pesquisas que apontam variadas problemáticas de representação de pessoas com deficiência na mídia e ausência de tecnologias assistivas em produtos jornalísticos, compreendemos a acessibilidade como uma lacuna não só nas práticas jornalísticas, mas também no ensino das mesmas. Por isso, uma das etapas da dissertação é o mapeamento de iniciativas pedagógicas que insiram a acessibilidade comunicativa em suas práticas formativas. Estes dados iniciais são apresentados neste trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** acessibilidade comunicativa; ensino de jornalismo; análise documental;

### **INTRODUÇÃO**

Discutir a acessibilidade comunicativa no âmbito das práticas jornalísticas é uma temática que ganhou fôlego especialmente na última década. Estas são pesquisas que cercam as representações midiáticas em torno das pessoas com deficiência e que analisam formas de narrar que reproduzem e reforçam estigmas e preconceitos (Freitas, 2021; Gomes e Moutinho, 2021; Beraldo, 2021; Wobeto e Borelli, 2020). AS investigações também demonstram que, na prática, estes públicos não têm acesso ao consumo de produções jornalísticas de forma plena, já que estas não têm tecnologias assistivas, ou seja, não são pensadas para as pessoas com deficiência (Bonito, 2015; Segatto, 2015; Conceição Silva, 2021; Beraldo, 2021; Wobeto, 2023; Bonito e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista formada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da mesma Universidade (Poscom/UFSM). Bolsista Capes. Integrante do Grupo de Pesquisa Circulação Midiática e Estratégias Comunicacionais (Cimid/UFSM). E-mail: [samara.wobeto@acad.ufsm.br](mailto:samara.wobeto@acad.ufsm.br).

<sup>3</sup> Docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Santa Maria (Poscom/UFSM) e no Departamento de Ciências da Comunicação (DCC/UFSM). Doutora em Comunicação pela Unisinos. Líder do Grupo de Pesquisa Circulação Midiática e Estratégias Comunicacionais (Cimid/UFSM). E-mail: [viviane.borelli@ufsm.br](mailto:viviane.borelli@ufsm.br).

Guimarães, 2023). Além disso, o jornalismo é um campo profissional cuja hegemonia não é composta por pessoas com deficiência (Gomes e Moutinho, 2021). Outro ponto que se soma nesta problemática é a legislação para a acessibilidade que, apesar de existente, é invisível (Bonito, 2015), ou seja, está posta no papel, mas não é posta em prática e muito menos fiscalizada (Bonito, 2015).

Este conjunto de pesquisas permite que a acessibilidade comunicativa no jornalismo é uma lacuna. A problemática é ampla e complexa, e mostra a precariedade das práticas jornalísticas em torno da acessibilidade e das pessoas com deficiência, em uma relação que não é apenas social e política - das lutas das pessoas com deficiência pelo acesso à informação, por exemplo -, mas também é histórica, já que, desde o surgimento das mídias, as pessoas com deficiência já existiam, e desde então foram exiladas de seu acesso e consumo (Bonito e Guimarães, 2023). Isto é entendido como a deficiência das mídias (Bonito e Guimarães, 2023).

No entanto, há outro aspecto que contribui para a realidade de manutenção das práticas jornalísticas inacessíveis, e que não é debatido com tanto fôlego neste campo de estudos: a acessibilidade comunicativa no ensino de jornalismo. Esta preocupação faz parte de uma dissertação em andamento, cujo objetivo é fazer proposições de práticas pedagógicas em torno da acessibilidade comunicativa para a formação de jornalistas. Parte-se da premissa de que as práticas jornalísticas devem inserir a acessibilidade desde o planejamento da pauta, em uma adequação do jornalismo ao desenho universal (Bonito, 2015; Beraldo, 2021; Wobeto, 2023).

Neste artigo, apresentamos um recorte desta pesquisa, que se constitui numa etapa metodológica específica: a análise documental de projetos pedagógicos, ementários e currículos de cursos de Jornalismo de universidades federais brasileiras. Este resumo apresenta de forma breve os principais resultados encontrados.

## **ENSINO DE ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA**

As mesmas pesquisas que apontam que o fazer jornalístico tem lacunas, também indicam, em suas considerações finais, que a formação do saber profissional não incorpora esses critérios (Bonito, 2015; Beraldo, 2021; Wobeto, 2023). Portanto, “se temos, de um lado, diretrizes para produção de notícias acessíveis e legislação que determina que isso seja feito e, de outro, pessoas que não conseguem acessar essas

informações de forma plena, o que fazer para que o jornalista possa elaborar narrativas que funcionem como pontes?” (Beraldo, 2021, p. 23). Bonito (2015) afirma que esta mudança é cultural, e vê a universidade e os cursos de Comunicação como um terreno fértil de desenvolvimento. Para o autor, “os cursos de comunicação deveriam incluir componentes curriculares que tratem da questão da acessibilidade comunicativa, trabalhando com as lógicas do Desenho Universal associado à Tecnologia Assistiva” (Bonito, 2015, p. 323).

Beraldo (2021, p. 111) também elenca que há um problema na formação universitária dos profissionais, “que não estimularia os jornalistas a refletirem sobre acessibilidade, tampouco sobre inclusão”. Além disso, no desenvolvimento da minha monografia para a conclusão do curso de Jornalismo, construí uma ferramenta de indicadores de qualidade para a acessibilidade comunicacional em veículos jornalísticos. Neste processo, refleti sobre como as tribos jornalísticas (Traquina, 2013) se constituem a partir de seus valores e saberes, que não incluem tanto um fazer acessível do ponto de vista técnico quanto um saber narrar a partir de um aspecto discursivo. A partir dos/das autores/autoras postos acima, a questão da formação universitária também restou como uma inquietação, já que, “ao ter a possibilidade deste ensino desde a universidade, a chance de modificar a cultura profissional para pensar em práticas acessíveis é muito maior” (Wobeto, 2023, p. 54).

Não aprendemos a ser acessíveis enquanto estudantes, logo, não vai ser algo que vai ser praticado enquanto profissionais. Braga (2011), ao refletir sobre o uso das teorias já existentes como embasamento para as pesquisas, diz que, alicerçado em nossa fundamentação teórica, podemos encontrar ‘restos’, ou seja, ângulos não explorados da temática que queremos pesquisar. Nisso entra também a noção de que as teorias - o que inclui as que compõem a fundamentação teórica - não explicam tudo, pois se assim fosse não teríamos o que pesquisar. E é nos restos que também podem ocorrer tensionamentos: acréscimos, achados, reflexões, contraposições, percepções ainda não apontadas, variações, etc (Braga, 2011). É justamente esse o caminho que encontramos nas pistas deixadas pelos autores elencados, e que nos incomodam como problemática de pesquisa que, como já apontamos, é ampla e complexa.

## **ANÁLISE DOCUMENTAL COMO ETAPA METODOLÓGICA**

---

A análise documental (Moreira, 2009) compõem a segunda fase da dissertação, precedida pela revisão de literatura (Barrichello, 2016), estado da arte (Barrichello, 2016) e o estabelecimento dos eixos teóricos da pesquisa. A análise documental é definida como “a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim” (Moreira, 2009, p. 271), e pode ser tanto método quanto técnica. “Método porque pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação. Técnica porque é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados, como a entrevista e o questionário” (Moreira, 2009, p. 271).

Nesta pesquisa, compreendemos a análise documental enquanto método, enquanto as demais escolhas metodológicas são delimitadas enquanto técnica. O objeto da análise documental, de acordo com a autora, pode ter diversas origens, como jornais, revistas, documentos públicos, entre outros. A definição dos objetos de análise desta pesquisa levam em conta sua temática de investigação, ou seja, os documentos que registram o que é ensinado nos cursos de Jornalismo de Universidades Federais<sup>4</sup> brasileiras: os projetos pedagógicos, as diretrizes curriculares e os ementários.

A intenção é identificar iniciativas pedagógicas que incluam a acessibilidade comunicativa no currículo dos cursos - seja como tópicos teóricos em disciplinas obrigatórias, seja em disciplinas optativas específicas. Isto porque, como o objetivo da dissertação é fazer proposições pedagógicas de acessibilidade comunicativa na formação de jornalistas, é necessário conhecer as iniciativas do tipo que já existem.

Para a coleta desses dados, elaboramos um protocolo para sistematizar o processo. Este inclui as seguintes etapas: fazer um mapeamento de universidades federais em que há cursos de Jornalismo; com a listagem das universidades, entrar nos sites dos cursos e buscar os documentos públicos de interesse; baixar os projetos pedagógicos, ementários e diretrizes curriculares para organização em pastas; no caso dos documentos não estarem disponíveis no site dos cursos, entrar em contato com os mesmos por e-mail para solicitá-los.

Ao partir para a análise documental de fato, criamos outro protocolo para análise, que estabelece um passo a passo para verificação de temáticas em torno de

---

<sup>4</sup> Entendemos a discussão da acessibilidade comunicativa em uma ligação forte com a pesquisa acadêmica. Por conta do tripé da universidade pública - pesquisa, ensino e extensão -, estas investigações são desenvolvidas, em sua maioria, nas universidades federais. A delimitação do recorte de coleta leva isso em consideração.

palavras-chave como ‘acessibilidade’, ‘pessoas com deficiência’ e ‘Libras’, e suas respectivas variações. Isto porque as temáticas podem aparecer de maneira indireta, como uma discussão secundária em uma disciplina que aborda a cidadania na comunicação, em um exemplo hipotético.

### **ONDE SE ENSINA ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA?**

Na primeira etapa do processo de coleta dos documentos, identificamos 29 universidades federais que têm cursos de Jornalismo. No entanto, em cinco delas<sup>5</sup> não foi possível encontrar os documentos, seja porque o site estava em processo de atualização, os documentos não estavam disponíveis de modo público e/ou os contatos com a coordenação não tiveram retorno.

Desse modo, o corpus analisado se constitui pelos documentos de 24 cursos de Jornalismo<sup>6</sup>. A partir da análise documental detalhada, encontramos iniciativas pedagógicas de ensino de acessibilidade comunicativa em nove universidades: UFC, UFPB, UFRGS, Unipampa, UFBA, UFMS, UFRN, UFSM-FW e UnB. O detalhamento do tipo de disciplinas pode ser conferido na tabela abaixo.

Tabela 1. Detalhamento da identificação das iniciativas pedagógicas

<b>Universidade</b>	<b>Disciplina obrigatória</b>	<b>Disciplina optativa</b>
UFC		x
UFPB		x
UFRGS		x

<sup>5</sup> Universidade Federal do Sergipe (UFSE), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal do Pernambuco (UFPE).

<sup>6</sup> Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Santa Maria - Frederico Westphalen (UFSM-FW), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Unipampa	x	x
UFBA		x
UFMS	x	x
UFRN	x	
UFMS-FW	x	
UnB	x	

As autoras, 2024.

Um ponto interessante de destacar é que há um padrão de diferença entre as disciplinas obrigatórias e as optativas. Isto porque não há uma disciplina obrigatória que seja específica de acessibilidade na comunicação e/ou no Jornalismo. Neste tipo de matéria, a acessibilidade aparece como componente curricular, previsto no ementário e diretrizes curriculares. Em algumas universidades, a descrição dos componentes curriculares também está elencada no projeto pedagógico. Um exemplo é a disciplina ‘Introdução à Fotografia’, da Universidade Federal de Santa Maria, campus Frederico Westphalen, em que a temática aparece no ementário, no tópico 3.4 - Fotografia e Acessibilidade, dentro da Unidade 3 - Narrativas Fotográficas. Uma exceção é a Universidade Federal da Bahia (UFBA), em que a acessibilidade como parte do conteúdo programático aparece na disciplina optativa de ‘Jornalismo e Direitos Humanos’.

Já disciplinas específicas de acessibilidade na comunicação e no jornalismo, que têm destaque no nome, não são obrigatórias. Todas as recorrências são identificadas em disciplinas optativas (UFC, UFPB, UFRGS e Unipampa). Na UFMS, há recorrências de conteúdos de acessibilidade comunicativa em uma disciplina obrigatória e outra optativa. No entanto, ambas são Laboratórios (Criação Visual e Design em Jornalismo). A Unipampa também tem recorrências em disciplinas obrigatória (Teorias e Práticas do Jornalismo Digital) e optativa (Comunicação e Acessibilidade).

No artigo completo, serão explicitados maiores detalhamentos da análise documental, além de apresentar as próximas fases da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- 
- BARRICHELO, Eugenia Mariano da Rocha. **A autoria na elaboração de uma tese.** In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Pesquisa em Comunicação - Metodologias e Práticas Acadêmicas. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2016.
- BERALDO, Carla Tonetto. **“Quem cabe no seu todos?”** Jornalismo e Deficiência Visual: um estudo sobre a acessibilidade e usabilidade em notícias em redes digitais. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.
- BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível:** Mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas Pessoas com deficiência visual no Brasil. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.
- BONITO, Marco. GUIMARÃES, Luciano. **(Re)pensar as deficiências das mídias e dos processos comunicacionais.** In: BARBOSA, Suzana (Ed.). #ACESSEJOR. Por um jornalismo digital acessível, inclusivo e inovador. Editora LabCom: Covilhã, 2023, p. 91 - 103.
- BRAGA, José Luiz. **Constituição do Campo da Comunicação.** São Leopoldo: Verso e Reverso/ Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), 2011, n. 15, p. 62 - 77.
- CONCEIÇÃO SILVA, Mariana Clarissa. **Aplicativo de notícias ao pé do ouvido.** Inclusão de garantia de autonomia nas apropriações de notícias online por pessoas com deficiência visual. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2021.
- FREITAS, Thais Araújo de. **Representações sociais de pessoas com deficiência em notícias do portal G1.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.
- GOMES, S.R.; MOUTINHO, M. **Identidades mediatizadas:** o enquadramento da deficiência e de atletas paralímpicos em narrativas globais. João Pessoa: Culturas Midiáticas, 2021.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica.** In: Duarte, Jorge; Barros, Antonio (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010. P. 269 - 279.
- SEGATTO, Karine Arminda de Fátima. **Acessibilidade e Multimídia no Webjornalismo da América do Sul.** Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** Volume II. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2013.
- WOBETO, Samara L.; BORELLI, Viviane. **Construção jornalística da pessoa com deficiência e a ênfase na superação.** 10º JPJOR, 2020.
- WOBETO, Samara. **A construção de indicadores de qualidade para a acessibilidade comunicacional em veículos jornalísticos.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2023.